



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

SEMINÁRIO

O Orçamento do Estado 2015 - Um OE amigo do investimento, crescimento e emprego?

5 de Novembro de 2014

AESE

Conclusões

Senhora Ministra das Finanças

Caros Oradores

Senhores Convidados

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Mais uma vez realizamos a nossa conferência anual sobre o Orçamento do Estado, beneficiando da colaboração e hospitalidade da AESE a quem gostaria de agradecer na pessoa do seu Presidente, Senhor Eng. José Ramalho Fontes, bem como dos nossos patrocinadores.

O Orçamento do Estado tem vindo a ganhar uma importância política tão grande devido à sua dimensão despropositada e pelo desequilíbrio que contém e que se contagia rapidamente às contas externas do País. **É quase como se não existissem outros temas económicos e sociais de grande importância como**



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

são, entre outros, o investimento, o crescimento e o emprego.

O peso das despesas públicas em 2015 continuará a ser excessivo face à dimensão actual e futura da nossa economia, mas a existência de um saldo primário em 2014 e a sua continuação em 2015 confirmam o controlo do deficit, se bem que essencialmente à custa de um crescimento das receitas fiscais que todos os anos tem excedido o que parecia impossível de atingir.

Mas estamos convencidos que já ultrapassámos largamente o limite a partir do qual a fiscalidade entrava seriamente o crescimento económico.

Chegados a este ponto, o último orçamento da legislatura demonstra bem como a penosa gestão das receitas e despesas do Estado atingiu o seu limite. E um limite que não é suficiente para nos permitir ter um maior crescimento e um quadro menos frágil em termos de sustentabilidade da enorme dívida atingida e que é o somatório da dívida pública que já existia, da que existia mas estava oculta - e agora bem evidenciada nos números do Sector Público Alargado, e da que entretanto se contraiu nos últimos anos por impossibilidade política de resolver o problema da dimensão do sector público e do descontrolo financeiro das empresas públicas.

Sem pôr em causa o esforço de gestão do orçamento, que não existia, é forçoso reconhecer que a **diminuição conseguida nas despesas públicas não é suficiente nem para reduzir significativamente a dependência dos credores, nem para assegurar condições de crescimento económico num país**



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

em que, pela dimensão do orçamento, tanto depende da actividade financeira do Estado.

Era legítimo pensar que um Memorando de Entendimento assinado pelo Partido Socialista e pelos partidos da actual coligação, era o instrumento adequado à correcção dos desequilíbrios que nos levaram à ruptura. Mas a impossibilidade de construir um acordo que permitisse na prática a execução da indispensável correcção, traduziu-se num avanço e recuo permanentes de políticas orçamentais e, no fim, num decréscimo muito insuficiente da despesa.

Independentemente dos riscos da gestão orçamental, riscos internos e sobretudo externos, relacionados com a evolução económica da Zona Euro e com a liquidez nos mercados internacionais, **situamo-nos num ponto em que quase todos os cenários estão em aberto no que diz respeito aos anos que se seguem.**

Só um acordo de duração equivalente a duas legislaturas entre os partidos do arco da governação, consubstanciado em objectivos plurianuais de execução orçamental e nas reformas necessárias à dinamização do crescimento e do emprego, permitiria reduzir o grau de incerteza dos agentes económicos nacionais e estrangeiros e ambicionar um crescimento forte que reduzisse o desemprego e inserisse a economia portuguesa nas áreas de crescimento da economia mundial.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Como esse acordo não se fez, seguiu-se até agora uma política, muito forçada pelo estado de necessidade, de melhor gestão da conjuntura. Mas em termos estruturais quase só os sectores empresarial e das famílias se adaptaram.

Por outro lado, as reformas estruturais foram em muitos casos insuficientemente profundas e outras nem se iniciaram. Para além das que competem aos ministérios sectoriais, nos sectores do licenciamento e da regulação, gostaria de me referir mais concretamente às que dependem do Ministério das Finanças.

A reforma do IRC deve ser classificada como muito positiva em quase todos os aspectos, independentemente da taxa de imposto, cuja descida este orçamento também garante. Mas no que diz respeito à imprevisibilidade de decisões da Autoridade Tributária, que ganha dimensão especial com o arrastar do contencioso fiscal, pouco se progrediu. E este aspecto é um dos mais referidos como razão de decisões de não investimento, quer no investimento empresarial, quer na colocação de títulos de dívida.

A maior vitória conseguida obteve-se na área do desequilíbrio externo. A moderação das importações e o crescimento muito elevado das exportações, a que devemos adicionar o aumento do investimento resultante das privatizações, resultou no reequilíbrio da nossa balança corrente, que era a nossa maior fragilidade. Graças a isso, **Portugal tem hoje uma posição bem mais credível nos mercados financeiros internacionais e por isso também a possibilidade de obter os recursos necessários à execução de uma política de**



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

investimento ambiciosa que nos permita explorar vantagens competitivas que temos, e que viviam submersas numa concentração suicida num mercado interno de dimensão insuficiente, pouco concorrencial e incapaz de gerar emprego para os quadros mais qualificados que temos vindo a formar nas últimas décadas.

Aliás, a análise do emprego mostra bem como as perdas se centram nos activos com escolaridade até ao nível do ensino básico e, por outro lado, como os ganhos de emprego se concentram em activos com ensino secundário ou superior. Mas não é suficiente.

O crescimento do número de empresas no sector dos bens transaccionáveis, o facto do volume de negócios destas ter subido de 1/4 para 1/3 do volume de negócios do sector empresarial, mostra bem que há possibilidades, que elas estão a ser exploradas com sucesso e que é legítimo confiar em que desta reorientação em curso saia uma economia muito mais adaptada ao mercado internacional, onde as possibilidades para um país da nossa dimensão são quase infinitas.

Pensamos portanto que o caminho é esse e não o do regresso ao mercado interno e à substituição de importações, sem prejuízo do que de positivo se está a operar no sector agro-alimentar. E pensamos também que será do investimento no sector dos bens e serviços transaccionáveis que sairá um crescimento do investimento, da produção e do emprego, por esta ordem.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

O investimento nas novas actividades é uma pré-condição para o crescimento das exportações e do emprego. E deveria por isso ser a primeira prioridade da política económica. E olhando para este orçamento, infelizmente, isso não é evidente.

Nada do que propomos dá resultados imediatos. Resultados só se obtêm à custa de muitos esforços. E de esforços persistentes. Mas é responsabilidade a que não nos devemos furtar, mesmo quando o horizonte é quase só motivo de mais preocupação.

Pedro Ferraz da Costa

04.11.2014